

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA, TRANSPORTE E DEPOSIÇÃO EM DESTINO FINAL DE RESÍDUOS

CONCURSO PÚBLICO

(REF.º DES.CP.AS-03/2023)

CADERNO DE ENCARGOS

Maio 2023

Índice

Capítulo I Disposições Gerais	3
Cláusula 1.ª Objeto.....	3
Cláusula 2.ª Locais da prestação de serviços	4
Cláusula 3.ª Elementos do Contrato.....	4
Cláusula 4.ª Prazo contratual	4
Capítulo II Obrigações Das Partes	5
Secção I Obrigações do Cocontratante	5
Cláusula 5.ª Obrigações do Cocontratante.....	5
Cláusula 6.ª Organização e Meios do Cocontratante.....	7
Cláusula 7.ª Descrição dos Serviços a Executar pelo Cocontratante	8
Cláusula 8.ª Acompanhamento da Aquisição de Serviços	9
Cláusula 9.ª Organização do Planeamento para Remoção de Resíduos do Subsistema.....	10
Cláusula 10.ª Organização dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos em Destino Final.....	11
Cláusula 11.ª Destino dos Resíduos.....	12
Cláusula 12.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	13
Cláusula 13.ª Transferência de propriedade	14
Cláusula 14.ª Conformidade e garantia técnica.....	14
Cláusula 15.ª Dever de sigilo.....	14
Cláusula 16.ª Tratamento de dados pessoais.....	14
Cláusula 17.ª Conservação de dados pessoais	16
Cláusula 18.ª Transferência de dados pessoais.....	17
Cláusula 19.ª Dever de Cooperação.....	17
Secção II Obrigações da Entidade Contraente Pública	17
Cláusula 20.ª Preço Contratual e Preços Unitários Base	17
Cláusula 21.ª Condições de pagamento	18
Cláusula 22.ª Revisão de preços.....	19
Secção III Acompanhamento da execução do contrato.....	19
Cláusula 23.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	19
Capítulo III Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato	20
Cláusula 24.ª Modificação Objetiva do Contrato	20
Cláusula 25.ª Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante	20
Cláusula 26.ª Sanções contratuais.....	21
Cláusula 27.ª Força maior	22
Cláusula 28.ª Resolução do contrato por parte da Contraente Pública.....	23
Cláusula 29.ª Resolução do contrato por parte do Cocontratante.....	24
Cláusula 30.ª Execução da caução	24
Cláusula 31.ª Seguros	25
Capítulo IV Disposições Finais.....	25
Cláusula 32.ª Deveres de informação	25
Cláusula 33.ª Comunicações	25
Cláusula 34.ª Foro competente.....	26
Cláusula 35.ª Direito aplicável e natureza do contrato.....	26
Cláusula 36.ª Contagem dos prazos.....	26
Anexo I Mapa de Quantidades Estimadas.....	27
Anexo II Localização das Instalações	28
Anexo III Código de Conduta para Fornecedores.....	29

Capítulo I Disposições Gerais

Cláusula I.^a Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre a sociedade Águas do Algarve, S.A., adiante designada AdA e o Cocontratante para aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição em destino final de resíduos, do Subsistema de Faro/Olhão, constituído pela ETAR de Faro/Olhão e por 12 Estações Elevatórias (EE) pertencentes ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, designando-se o presente concurso por “Aquisição de serviços de recolha, transporte e deposição em destino final de resíduos” nos termos previstos ao presente Caderno de Encargos.
2. Os serviços objeto do contrato estão definidos no presente Caderno de Encargos, quantificados, embora de forma estimada, no **Anexo I** e localizados no **Anexo II** ambos do presente Caderno de Encargos.
3. Os resíduos produzidos caracterizam-se pelos seguintes códigos LER:
 - LER 190801 Gradados;
 - LER 190899 Outros Resíduos não especificados anteriormente, com origem no desarenador, desengordurador e do poço de grossos.
4. Os resíduos deverão ser encaminhados para aterro sanitário (DI).
5. As quantidades de resíduos indicadas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos (quantidades estimadas, em toneladas) por instalação e por destino (Aterro ou Transporte para Vila Nova de Santo André), possuem natureza meramente indicativa, não consubstanciando qualquer vínculo de produção de resíduos nas quantidades estimadas por parte da Águas do Algarve, S.A..
6. O circuito de recolha no Sistema Elevatório, deve ser realizada com uma periodicidade fixa, de acordo com o mencionado no **Anexo I**, ou com outra periodicidade, caso seja solicitado pela AdA.
7. Relativamente à recolha de resíduos na ETAR, devem ser realizados de acordo com o solicitado pela AdA com 12h de antecedência.

8. A natureza do objeto do contrato é caracterizada pelo seguinte código CPV (vocabulário Comum para os Contratos Públicos):
- a) Código CPV: **90511000-2** – *Serviços de recolha de resíduos*

Cláusula 2.^a

Locais da prestação de serviços

- I. Os locais da prestação de serviços estão inseridos no Sistema Multimunicipal de Saneamento, de Águas Residuais da região do Algarve, encontrando-se no **ANEXO II** do presente Cadernos de Encargos, a localização dos pontos de recolha dos resíduos.

Cláusula 3.^a

Elementos do Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade Contraente Pública nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 4.^a

Prazo contratual

- I. O contrato inicia-se na data de assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de **1 (um) ano**, renovável por igual período, até ao máximo de **3 (três) anos**.
2. A denúncia do contrato, por qualquer das partes, deve ser apresentada por escrito com a antecedência mínima de **60 (sessenta) dias**.

3. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação dos contratos, estes cessarão automaticamente assim que o preço contratual se esgotar.

Capítulo II

Obrigações Das Partes

Secção I

Obrigações do Cocontratante

Cláusula 5.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Executar o objeto da aquisição de serviços adjudicada, em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos e proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, com respeito pelas regras vertidas no Código de Conduta para Fornecedores que constituem o **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos;
 - b) Transportar os resíduos, por entidade devidamente licenciada para o efeito;
 - c) Entregar os resíduos para destino final por operador licenciado de gestão de resíduos, sendo responsável por todo o processo de obtenção de autorização de deposição em aterro, exceto no caso referido no ponto 4 da Cláusula 7.^a;
 - d) Apresentar mensalmente à Contraente Pública o ficheiro com os transportes e respetiva carga enviada a destino final.
 - e) Proceder à entrega dos documentos exigidos relativos à execução do objeto do contrato, de acordo com os prazos contratualizados;
 - f) Executar a pesagem dos resíduos em equipamento homologado;
 - g) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - h) Obriga-se a prestar os serviços, nos termos e condições especificados no presente Caderno de Encargos, e de acordo com as disposições legais e regulamentos específicos que se encontrem em vigor;
 - i) Obriga-se a manter seguros que cubram as obrigações objeto do contrato, bem como quaisquer danos, perante a Águas do Algarve, S.A., ou a terceiros, que possam advir

da prestação de serviços;

- j) Cumprir a legislação em vigor, em todas as suas vertentes;
- k) Submeter-se à ação fiscalizadora da Águas do Algarve, S.A.;
- l) Realizar todos os serviços enumerados na adjudicação, de acordo com os prazos legais e contratuais estabelecidos e com o preço contratado;
- m) Obriga-se a executar a aquisição de serviços, conforme o **ANEXO I** do presente Cadernos de Encargos, sob pena do serviço não ser realizado;
- n) Em caso de não se verificar a correta realização dos trabalhos previstos da responsabilidade do Cocontratante, nomeadamente por inobservância das orientações da Águas do Algarve, S.A., os eventuais custos que daí possam advir serão da responsabilidade do Cocontratante;
- o) Prestar as informações que forem solicitadas pela Águas do Algarve S.A.;
- p) Comunicar antecipadamente, à Contraente Pública, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a realização dos trabalhos objeto do contrato, assim como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- q) É o único responsável pela execução dos respetivos trabalhos, sendo da sua conta todas as alterações indispensáveis ao exato cumprimento do contrato, e ainda as indemnizações decorrentes de prejuízos diretos causados sob a sua responsabilidade da sua atuação do pessoal ou dos seus subcontratados e/ou tarefeiros, do deficiente comportamento, ou ainda, da falta de segurança dos materiais, viaturas, máquinas e equipamentos utilizados.
- r) Responderá, sem prejuízo do que especificamente venha a ser estabelecido no contrato, nos termos de lei geral, por quaisquer prejuízos causados no exercício das atividades que constituem o objeto do contrato, pela culpa ou pelo risco da sua responsabilidade.
- s) Responderá ainda, nos termos em que o comitente responde pelo comissário, pelos prejuízos causados a terceiros contratados pelo Cocontratante no âmbito dos trabalhos compreendidos no objeto do contrato;
- t) Garantir a segurança dos trabalhadores, assim como das pessoas empregadas, a qualquer título, ou daqueles que, sendo estranhas aos trabalhos, aí se encontrem, a seu convite ou da Águas do Algarve S.A.;
- u) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os trabalhos;
- v) Suportar todas as despesas inerentes à aquisição de serviços que não estejam previstas no presente Caderno de Encargos;

- w) São encargos do Cocontratante todas as despesas necessárias à regular e boa execução da aquisição de serviço objeto do presente contrato, nomeadamente sem exclusão de quaisquer outras: vencimentos do pessoal, contribuições para segurança social, encargos sociais, prémios de seguro contra acidentes de trabalho do pessoal, equipamentos e consumíveis necessários à aquisição de serviços, veículos e sua manutenção necessários à aquisição de serviços.

Cláusula 6.^a

Organização e Meios do Cocontratante

1. Compete ao Cocontratante o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na aquisição de serviços, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo os aspetos relacionados com segurança e saúde.
2. É da inteira responsabilidade do Cocontratante as obrigações relativas ao pessoal empregue na execução dos trabalhos, a sua aptidão profissional e a sua disciplina, nomeadamente as obrigações perante a segurança social.
3. Se a AdA verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.
4. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são atribuídas.
5. A mobilização de todos os meios humanos constantes necessários à aquisição dos serviços a cargo do Cocontratante é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
6. A constituição da equipa de pessoal do Cocontratante deverá ser adequada às características da aquisição de serviços. Todos os elementos da equipa deverão ter habilitação e experiência adequados às funções a desempenhar.
7. Deverão ser fornecidos à AdA, em formato digital, o organograma da equipa e os documentos de habilitação (currículo e contato) de cada elemento da equipa. A AdA poderá solicitar a alteração da composição da equipa, tendo em conta o desenrolar dos trabalhos e as condições de execução da aquisição de serviços.
8. A AdA reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes desta, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na aquisição de serviços, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem poderá ser fundamentada por

escrito, quando o Cocontratante o solicite, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.

9. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregue sendo de sua conta os encargos que daí resultem, nomeadamente quanto aos seguros contra acidentes de trabalho.
10. As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Cocontratante e seus consultores serão da conta do Cocontratante.
11. Todos os meios necessários à execução da aquisição de serviço, ao controle e registo de dados técnicos da aquisição de serviços, bem como meios de transporte, informáticos e outros são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.
12. O Cocontratante deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.
13. Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual deverá obedecer à legislação e às normas em vigor sobre esta matéria.

Cláusula 7.ª

Descrição dos Serviços a Executar pelo Cocontratante

- I. A recolha dos resíduos produzidos no Subsistema de Faro/Olhão da AdA será efetuada de acordo com as alíneas seguintes:
 - a. A substituição e colocação de contentores é da responsabilidade do Cocontratante.
 - b. A capacidade e o número de contentores de referência a colocar nas várias instalações, encontram-se definidos no **Anexo I**, podendo ser alteradas em função das necessidades da operação.
 - c. Não existem quantidades mínimas de recolha por instalação, não podendo o Cocontratante definir quantidades mínimas a transportar.
 - d. Tendo em consideração o estado pastoso em que se possam encontrar determinados resíduos, serão respeitadas as quantidades máximas de enchimento de contentores indicados pelo Cocontratante ou responsável pelo transporte.
 - e. Em cada instalação e no que diz respeito às tarefas relacionadas com a movimentação de veículos e, ou contentores, carga e descarga de resíduos, deverão ser seguidas escrupulosamente quaisquer indicações fornecidas pelo responsável da mesma ou colaborador delegado.

- f. Em qualquer altura que o responsável de exploração de cada instalação ou colaborador delegado, pretenda efetuar a cubicagem de cada contentor, quer em vazio quer com a carga completa, por forma a verificar um volume de enchimento, deverá o responsável pelo transporte aceder à solicitação, independentemente de qualquer fator que condicione a atividade de transporte.
 - g. Os horários de recolha dos resíduos em cada instalação serão estabelecidos em colaboração com a AdA.
 - h. O armazenamento de resíduos no Subsistema de Faro/Olhão objeto de contrato, para além dos contentores destinados a esse efeito, é totalmente interdito;
 - i. Os resíduos deverão ser pesados em equipamento homologado;
 - j. O Cocontratante é responsável por garantir o correto acondicionamento dos resíduos para transporte;
- 2. No prazo máximo de 1 (*uma*) semana após a adjudicação e previamente ao início de trabalhos, o Cocontratante deverá obrigatoriamente apresentar à AdA, o planeamento dos trajetos/rotas definidos para cada transporte a executar desde a instalação de origem até ao local de destino. Os trajetos/rotas apresentadas serão alvo de aprovação pela AdA.
 - 3. A AdA poderá, em qualquer altura, solicitar a alteração de trajetos/rotas, nomeadamente quando se verificarem impactos negativos nas áreas de passagem dos veículos de transporte, designadamente em termos de odores.
 - 4. A AdA poderá, em qualquer altura, solicitar a alteração do destino final dos resíduos, passando os mesmos a serem depositados no Aterro Sanitário de Santo André, sendo obrigação do Cocontratante, neste caso particular, garantir apenas o transporte até esta instalação.
 - 5. As disposições das alíneas deverão ser cumpridas caso, durante a aquisição, ocorra a alteração de destino e correspondente alteração de trajetos/rotas.

Cláusula 8.^a **Acompanhamento da Aquisição de Serviços**

- 1. O Cocontratante obriga-se a dispor de um responsável técnico pela condução dos trabalhos.
- 2. Após a assinatura do contrato, o Cocontratante informará, por escrito, o nome do responsável técnico, indicando a sua qualificação técnica.
- 3. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos trabalhos poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável técnico.
- 4. O responsável técnico deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local sempre que para tal seja convocado.
- 5. A Contraente Pública poderá impor a substituição do responsável técnico, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

6. A Contraente Pública pode proceder, em qualquer altura e local, à verificação das pesagens dos resíduos transportados, não podendo o Cocontratante ou o transportador recusarem este controlo.
7. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, com a periodicidade a indicar pela AdA, reuniões de acompanhamento da aquisição de serviços com os representantes da AdA, bem como a redigir as respetivas atas.
8. As reuniões de coordenação deverão permitir que haja, da parte da AdA, conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes ocorridos durante a aquisição de serviços, incluindo as relativas a questões ambientais e de segurança.
9. As reuniões previstas nos números anteriores devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Adjudicante, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
10. O Cocontratante fica também obrigado a apresentar à AdA, com uma periodicidade anual, relatórios com a evolução de todas as operações objeto da aquisição de serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, devendo fazer o balanço para o ano civil no relatório anual correspondente.
11. Os relatórios devem ser entregues até ao prazo limite de 30 (trinta) dias após o período a que dizem respeito.
12. Os relatórios conterão a informação referente à execução dos trabalhos incluindo, nomeadamente:
 - a. Período de execução;
 - b. Meios utilizados e descrição dos trabalhos;
 - c. Quantidades de resíduos recolhidos;
 - d. Operações no destino;
 - e. Ocorrências registadas;
 - f. Outra informação relevante.
13. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 9.^a

Organização do Planeamento para Remoção de Resíduos do Subsistema

1. O pedido de remoção de resíduos na ETAR de Faro/Olhão será despoletado pela AdA.
2. A remoção de resíduos no Sistema Elevatório será efetuada de acordo com a periodicidade de referência definida no **Anexo I**, para cada instalação, a qual poderá ser alterada em função das necessidades da operação.

3. Os contatos relativos aos transportes serão estabelecidos exclusivamente com os colaboradores da AdA, não devendo haver qualquer alteração do planeamento dos transportes sem o conhecimento e concordância por parte da AdA.
4. Transportes adicionais ou alterações de recolhas de resíduos, serão transmitidas pela AdA num prazo máximo de 12 horas à data e horas indicados para sua execução, podendo em situações pontuais ser transmitido com 1 hora de antecedência.
5. Alterações ao planeamento de recolha por parte do Cocontratante deverão ser comunicadas à AdA com uma antecedência de 24 horas à data e hora prevista para a sua execução, devendo o mesmo ser reagendado num prazo máximo de 12 horas.
6. Deverá ser disponibilizado um contato direto (email, telefone e telemóvel do mesmo operador de comunicações da AdA) para onde os pedidos sejam enviados, sendo que a formalização dos mesmos, por escrito, será considerada para efeitos de contagem do período de resposta.
7. O Cocontratante deverá assegurar que o contato disponibilizado esteja disponível diariamente das 8 (oito) horas às 20 (vinte) horas, incluindo feriados, sábados e domingos, podendo igualmente ser contactado fora deste horário em situações pontuais.
8. Qualquer pedido enviado por escrito será considerado como pedido formal, não podendo, nesse caso, o Cocontratante alegar desconhecimento do mesmo.

Cláusula 10.ª

Organização dos Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos em Destino Final

1. Todos os contentores para o acondicionamento dos resíduos terão de se encontrar em boas condições de conservação e limpeza, podendo ser objeto de inspeção por parte da AdA à chegada a cada instalação. No caso de não se encontrarem em corretas condições de conservação e limpeza, a AdA não autorizará a sua colocação nas instalações e/ou remoção dos resíduos, devendo o operador proceder à substituição ou limpeza dos contentores. Nestas circunstâncias, o prazo de resposta ao pedido de remoção de resíduos continuará a contar até que a situação seja normalizada.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, dever ser garantida pela Cocontratante uma limpeza semestral de todos os contentores para o acondicionamento de resíduos.
3. Todos os contentores para o acondicionamento de resíduos terão de ser estanques de forma a não se verificarem, em situação alguma, derrames de escorrências durante a circulação na via pública.
4. Todos os contentores para o acondicionamento dos resíduos terão de ser devidamente cobertos com dispositivos que impeçam a ocorrência de derrames e que minimizem a libertação de odores. Em caso de utilização de lonas, as mesmas deverão proporcionar a cobertura total do contentor, devendo estar fixadas de forma segura em todo o perímetro do contentor.

5. O Cocontratante é responsável por todos os veículos e respetivos sistemas de acondicionamento de resíduos (contentores) a serem utilizados na aquisição de serviços.
6. Nas instalações sem sistema de pesagem a quantidade de resíduos recolhidos em cada transporte poderá ser estimada pela AdA ou responsável delegado, mediante o histórico de valores ou a partir do volume e estado de enchimento de cada contentor.
7. O transporte de resíduos deverá cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho, relativo ao transporte de mercadorias e Portaria n.º 145/2017, no que diz respeito ao preenchimento de e-GAR.
8. Em caso algum o responsável pelo transporte ou outro elemento pertencente ao pessoal do Cocontratante substituirá as funções do responsável da instalação ou pessoa delegada no preenchimento do campo I de cada e-GAR.
9. O Cocontratante preencherá um ficheiro Excel, a ser disponibilizado pela AdA, com informação relativa à gestão de resíduos, designadamente no que se refere à seguinte informação por GAR: número, mês, data de recolha, destino (código da operação e n.º da licença), quantidades (origem e destino), confirmação do envio do triplicado e valor de faturação mensal.
10. Os condutores deverão ser profissionais qualificados, com boa experiência de condução e que disponham de conhecimentos sobre a natureza e características do produto que transportam.
11. Antes de entrar na via pública deverá ser efetuada a limpeza dos restos de resíduos no exterior das viaturas e que sejam suscetíveis de cair na via pública. Esta limpeza será efetuada, sempre que possível, nos locais definidos na instalação, devendo-se garantir a limpeza da zona após a limpeza do veículo.
12. Sempre que no carregamento, durante o percurso ou na descarga, ocorra algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa pelo Cocontratante.
13. Os encargos com limpeza de derrames na via pública são da responsabilidade do Cocontratante.
14. Sempre que na recolha de resíduos, dentro de cada instalação, durante o percurso ou na descarga, ocorra algum tipo de dano motivado por deficiente utilização de veículos ou contentores da responsabilidade do Cocontratante, ou quaisquer outros meios por si utilizados no âmbito da aquisição de serviços, os encargos decorrentes serão da sua responsabilidade.

Cláusula 11.ª **Destino dos Resíduos**

1. O Cocontratante é responsável pelo destino final dos resíduos, o qual deverá estar em conformidade com a legislação em vigor.
2. O encaminhamento dos resíduos a destino final, é da responsabilidade do Cocontratante, devendo dispor de autorização de deposição em aterro.

3. No caso definido no ponto 4 da Cláusula 7.^a o Cocontratante fica apenas responsável pelo transporte dos resíduos até ao Aterro Sanitário de Santo André, sendo o processo de obtenção de autorização de deposição, junto desta entidade, responsabilidade da Contraente Pública.

Cláusula 12.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Contraente Pública procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar a Contraente Pública toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Contraente Pública, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Contraente Pública procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do termo da análise, declaração de aceitação pela Contraente Pública.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações ou requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 13.^a

Transferência de propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Contraente Pública.

Cláusula 14.^a

Conformidade e garantia técnica

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Contraente Pública em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 15.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **5 (cinco) anos** após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 16.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Contraente Pública disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida,

informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 17.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção do contraente público, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 18.ª

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 19.ª

Dever de Cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Secção II

Obrigações da Entidade Contraente Pública

Cláusula 20.ª

Preço Contratual e Preços Unitários Base

1. O Preço Contratual para a presente Aquisição de Serviços é de **449.260,00 EUR (quatrocentos e quarenta e nove mil e duzentos e sessenta euros)** para o prazo máximo de **3 (três) anos**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços unitários bases fixados pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar, nos termos de n.º I do artigo 47.º do CCP, são os seguintes:
 - a) Para a deposição em aterro: **230,00 EUR/Ton (duzentos e trinta euros por tonelada)**, acrescido de IVA a taxa legal em vigor;
 - b) Para o transporte para o aterro Sanitário de Vila Nova de Santo André: **145,00 EUR/Ton (cento e quarenta e cinco euros por tonelada)**, acrescido de IVA a taxa legal em vigor.
3. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade Contraente Pública

deve pagar ao Cocontratante o preço unitário constante da proposta adjudicada, aplicados às quantidades efetivamente adquiridas, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 21.ª **Condições de pagamento**

1. Os pagamentos ao Cocontratante serão efetuados mediante a apresentação de faturas, acompanhadas dos elementos justificativos. O valor das faturas a apresentar pelo Cocontratante será o resultante do produto do preço unitário adjudicado (Euros/tonelada de resíduo) pela soma das quantidades dos resíduos recolhidos, transportados e depositados em destino final no período relativo à referida fatura.
2. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. A fatura será emitida para o conjunto das instalações, com os quantitativos discriminados por e-GAR e respetivo custo associado.
4. A fatura será emitida em conformidade com a Nota de Encomenda emitida pela Águas do Algarve, e deverá incluir os quantitativos discriminados por e-GAR e respetivo custo associado.
5. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.

8. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 22.ª

Revisão de preços

- I. Após um ano de contrato os preços serão revistos por aplicação da seguinte fórmula:

$$C = \frac{IPC_t}{IPC_0}$$

Em que:

IPC_t e IPC_0 são os índices de preço ao consumidor (sem habitação), respetivamente, no mês em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a respetiva fatura e no mês anterior à data da apresentação da proposta;

C é o fator multiplicativo a aplicar aos preços em revisão.

2. Será da responsabilidade do Cocontratante o cálculo justificativo da atualização de preços correspondente a cada aquisição, o qual deverá ser submetido à aprovação da Águas do Algarve S.A. antes de ser emitida a respetiva fatura.
3. A revisão de preços dará origem a uma fatura específica e distinta das correspondentes aos pagamentos mensais.

Secção III

Acompanhamento da execução do contrato

Cláusula 23.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Capítulo III

Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato

Cláusula 24.^a

Modificação Objetiva do Contrato

- I. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato pode ser modificado nas seguintes condições:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Por decisão judicial ou arbitral.
2. O contrato pode ainda ser modificado por ato administrativo da Contraente Pública, quando o fundamento invocado sejam razões de interesse público.

Cláusula 25.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

- I. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente Pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.^a

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
- a.** Pelo incumprimento dos prazos estabelecidos nas Cláusula 7.^a, Cláusula 9.^a, Cláusula 10.^a e Cláusula 11.^a do Caderno de Encargos a AdA aplicará a sanção diária de 100,00 EUR (cem euros) por cada incumprimento verificado;
 - b.** Pelo incumprimento dos prazos definidos para cada recolha de resíduos, em conformidade com o definido no n.º 1, 3 e 5 da Cláusula 9.^a do Caderno de Encargos, a AdA aplicará uma sanção de 1.000,00 EUR (mil euros) por cada dia de atraso face à data estipulada.
 - c.** Pelo incumprimento do prazo de entrega dos Relatórios de Atividade anuais, fixados nos n.º9 e n.º10 da Cláusula 8.^a do Caderno de Encargos, a AdA aplicará sanção de 50,00 EUR (cinquenta euros) por cada dia de atraso.
 - d.** Pelo incumprimento no definido nos pontos n.º 1, 3 e 4 da Cláusula 10.^a do Caderno de Encargos com cobertura e higienização dos contentores, a AdA aplicará sanção de 500,00 EUR (quinhentos euros) por transporte, sendo esta penalização de 1.000,00 EUR (mil euros) por transporte sempre que a Águas do Algarve, S.A., receber uma reclamação devido à emissão de odores motivado por esta situação.
 - e.** Pelo incumprimento das restantes condições e obrigações fixadas no Caderno de Encargos e por causa imputável ao Adjudicatário, a AdA aplicará sanção de 500,00 EUR (quinhentos euros) por incumprimento.
 - f.** O adjudicatário ficará sujeito a penalização, nos moldes definidos na lei-quadro das contraordenações ambientais, Lei n.º. 50/2006, de 29 de agosto, quando não cumprir as suas obrigações contratuais, designadamente no que se refere a:
 - i.* Exercício da atividade e de qualquer operação de gestão de resíduos sem alvará;
 - ii.* Aplicação de resíduos em locais não licenciados.
 - g.** As sanções pecuniárias previstas na alínea anterior não obstam a que a AdA, exija o ressarcimento por danos causados, incluindo respetiva indemnização.
 - h.** Todos os danos sofridos, direta e indiretamente, pela AdA e/ou coimas e multas aplicadas à AdA, por atos ou omissões decorrentes da execução do presente contrato, independentemente da sua natureza, presumem-se causados pelo Adjudicatário, e, consequentemente a este imputáveis, ficando a AdA, com direito de regresso do cocontratante de todas as quantias pagas.
 - i.** A liquidação das penalizações em que o Adjudicatário incorra será efetuada por desconto no pagamento ou pagamentos imediatos à verificação do fato que tenha dado origem a penalidades, se outra decisão não for tomada pela AdA.

2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 27.ª **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

Cláusula 28.ª

Resolução do contrato por parte da Contraente Pública

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
 - a) Se no decurso da aquisição ocorrer a perda de titularidade por parte do Cocontratante ou de alguns dos seus subcontratados, das habilitações necessárias à execução do presente contrato, nomeadamente perda de licenças ou outros que coloquem em risco o funcionamento do Cocontratante;
 - b) Quando o somatório das sanções aplicadas ao Cocontratante atingir um montante igual ou superior a 10% (dez por cento) do preço contratual.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.

5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 26.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 29.^a
Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 30.^a
Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento pode ser executada pela Contraente Pública sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Contraente Pública não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Público.

Cláusula 31.^a Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
 - a) Danos perante a AdA, S.A., ou terceiros, que possam advir da execução do contrato;
 - b) Acidentes de trabalho do pessoal, causados no exercício das atividades que constituem o objeto do contrato, pela culpa ou pelo risco da sua responsabilidade.
2. É igualmente da responsabilidade do Cocontratante celebrar e manter válidas as apólices de seguro das viaturas afetas à execução do contrato.
3. A AdA S.A. pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo de **10 (dez) dias**.

Capítulo IV Disposições Finais

Cláusula 32.^a Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar, sem demora, a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 33.^a Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços

postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 34.^a **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 35.^a **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 36.^a **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Anexo I

Mapa de Quantidades Estimadas

(a que se refere o número 2 da Cláusula 1.ª e outras)

Anexo II

Localização das Instalações

(a que se refere o número 2 da Cláusula 1ª e outras)

Anexo III

Código de Conduta para Fornecedores

(a que se refere a alínea a do n.º I da cláusula 5.ª)



CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. participa ativamente no desenvolvimento de políticas sustentáveis e pretende atuar junto dos seus fornecedores e subcontratados, integrando-os nas suas preocupações sociais, ambientais e segurança dos trabalhadores, numa perspetiva de garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Ao afirmar-se como uma organização socialmente responsável, fiel aos seus Princípios e Valores, a ÁGUAS DO ALGARVE pretende garantir aos seus clientes internos e externos que os bens e serviços que lhes proporcionam são realizados em condições que respeitam os direitos da pessoa humana e do meio ambiente.

Este Código visa estender os compromissos de conduta em matéria social, laboral e ambiental, refletidos na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial (constante no Anexo I) e na Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A. (constantes no Anexo II), aos seus fornecedores e subfornecedores.

O fornecedor confirma a receção e leitura do presente **Código de Conduta para Fornecedores**, assumindo o compromisso de o cumprir e fazer cumprir, através da assinatura da **Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores** (DCL I), remetendo esse impresso à ÁGUAS DO ALGARVE, S.A..

Condições de Trabalho e Sociais

No desenvolvimento das suas atividades o **fornecedor e o subfornecedor devem respeitar**, em qualquer circunstância, os seguintes requisitos:

- Assegurar que as remunerações base dos seus colaboradores satisfazem as necessidades básicas e proporcionam algum valor extra;
- Garantir que as horas extras são devidamente remuneradas e que são realizadas de forma voluntária, excetuando-se situações extraordinárias, não previstas;
- Tratar os seus colaboradores com dignidade e respeito;
- Cumprir com a legislação em vigor referente ao horário de trabalho;
- Assegurar um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- Fornecer, para uso de todos os colaboradores, instalações sanitárias limpas e acesso a água potável e, se aplicável, vestiários condignos e instalações higiénicas para armazenamento de alimentos;
- Caso seja facultado alojamento pela empresa, devem ser asseguradas instalações de dormitório limpas, seguras e que atendam às necessidades básicas dos colaboradores;

e não deverão, em qualquer circunstância:

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho infantil;

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório através da retenção de documentos pessoais originais, incluindo castigos corporais, coerção física ou mental, insultos verbais ou gestuais, assédio sexual e ameaças;
- Envolver-se, direta ou indiretamente, no tráfico de seres humanos;
- Praticar ou ser conivente com qualquer tipo de discriminação com base na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, género, orientação sexual, idade, associação a sindicato, afiliação política ou qualquer outra forma de discriminação;
- Interferir no exercício dos direitos dos colaboradores relativamente à liberdade sindical e ao seu direito à negociação coletiva.

Gestão Ambiental

Sendo compromisso da ÁGUAS DO ALGARVE a melhoria do meio ambiente onde está inserida e do qual depende, a mesma identificou os principais aspetos ambientais decorrentes da sua atividade, de forma a implementar medidas que promovam a prevenção e minimização dos impactes associados. Assim, pretende-se que o fornecedor também se comprometa a promover uma cultura de respeito para com o meio ambiente, estabelecendo e implementando práticas de gestão dos seus aspetos ambientais, numa perspetiva de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

No desenvolvimento das suas atividades o fornecedor e o subfornecedor deverão assumir o cumprimento dos seguintes princípios:

- Reduzir os resíduos e as emissões para o ar, solo e água;
- Manusear os produtos químicos de forma ambientalmente adequada;
- Gerir os resíduos de forma ambientalmente correta;
- Optar por equipamentos, sistemas e práticas que potenciem a eficiência energética;
- Promover a reutilização e reciclagem de materiais e produtos;
- Adotar boas práticas que minimizem a emissão de ruído;

e **não deverão**, em qualquer circunstância:

- Poluir deliberadamente o ar, solo e água;
- Eliminar resíduos de forma ilegal (queimar, enterrar, abandonar,...);
- Desperdiçar recursos naturais (água, energia, floresta,...).

Acesso para Verificação

Considerando o propósito subjacente ao presente documento, que privilegia o estabelecimento de parcerias sustentáveis e duradouras entre as partes, o fornecedor deve permitir a visita de representantes da ÁGUAS DO ALGARVE às suas instalações, no sentido de validar que as práticas desenvolvidas respeitam os requisitos deste Código de Conduta.

Verificada alguma não conformidade, o fornecedor fica obrigado a comunicar um plano de ações corretivas, reservando-se a ÁGUAS DO ALGARVE no direito de suspender a relação contratual, caso este não seja eficazmente implementado.

Anexo I

A Águas do Algarve, consciente das suas responsabilidades na conceção, construção, exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, com elevado nível de segurança alimentar, bem como o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, contribuindo para a prossecução de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Num quadro de respeito integral das suas obrigações de conformidade e das normas aplicáveis, de um modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos(as) trabalhadores(as), a Águas do Algarve assume os seguintes compromissos:

- Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, trabalhadores(as), restantes partes interessadas e comunidade, de acordo com o contexto do negócio, os requisitos das partes interessadas e os riscos e oportunidades identificados;
- Promover a melhoria do desempenho ambiental, proteger o ambiente de forma a prevenir ou mitigar os impactos ambientais, potenciando a prevenção da poluição, a minimização das emissões para o meio ambiente e a utilização eficiente dos recursos, privilegiando a aquisição de bens e serviços que potenciem o uso e consumo racionais da energia de modo a maximizar a eficiência energética;
- Promover a melhoria do desempenho em Saúde e Segurança e assegurar a eliminar perigos e reduzir os riscos para a saúde e a segurança dos(as) trabalhadores (as) da Águas do Algarve e dos que trabalham em seu nome, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho;
- Promover a melhoria do desempenho energético, apoiando as atividades de conceção que considerem a melhoria do desempenho energético, a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes que afetem o desempenho energético e assegurando a disponibilidade de informação e os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para a energia;
- Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas eficazes de prevenção, controlo e monitorização;
- Motivar os trabalhadores(as), fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual e criatividade, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, sensibilização e formação, salvaguardando o princípio de igualdade de género e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo a conformidade e melhoria das condições laborais e sociais e através da consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores.

A Águas do Algarve compromete-se ainda a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial, disponibilizando a informação, os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para garantir a eficácia e eficiência dos seus processos, a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere e para a criação de valor.

Faro, 11 de dezembro de 2020

A Comissão Executiva

Isabel Soares

Joaquim Peres

António Eusébio



Anexo II

Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A.

Missão

A Águas do Algarve, tem como Missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

Valores

Os Valores Éticos da Águas do Algarve, S.A são:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

Princípios de Atuação

Águas do Algarve rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos(as) trabalhadores(as)
- Respeito pela igualdade do género
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.